



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

2017/2018

## Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

### Unidade curricular

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

### Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

PROFESSOR DOUTOR GUSTAVO ANDRÉ SIMÕES LOPES COURINHA – 1 HORA

### Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

MESTRE PAULO MARQUES – 1 HORA

### Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Na disciplina de Contencioso Administrativo e Tributário, pretende-se formar o aluno nos domínios da contestação da decisão administrativa fiscal. Tal passa pelo conhecimento adequado dos principais mecanismos de reação do contribuinte – seja em sede administrativa, seja em sede judicial – para tutela dos seus direitos e proteção da legalidade da relação fiscal, bem como das questões de teor procedimental e processual mais relevantes.

### Conteúdos programáticos

#### I PARTE A ESTRUTURA GERAL DO CONTENCIOSO

##### Capítulo I – Introdução

- a) Objeto
- b) Fontes
- c) Sujeitos – o caso do MP
- d) Relação – o princípio *solve et repete* e o contencioso fiscal

##### Capítulo II – Os meios gerais de defesa do contribuinte I – os meios procedimentais

- a) A audiência prévia
- b) reclamação graciosa – confronto com a impugnação judicial
- c) O recurso hierárquico
- d) A revisão da matéria coletável apurada por métodos indiretos

##### Capítulo III – Os meios gerais de defesa do contribuinte II – os meios processuais

- a) A impugnação judicial
- b) A oposição à execução fiscal

#### II PARTE O CONTENCIOSO FISCAL EM ESPECIAL

##### Capítulo IV – Outros meios de tutela procedimentais e processuais

- a) A revisão oficiosa
- b) O reconhecimento dos benefícios fiscais
- c) A inversão de presunções
- d) O Procedimento antiabusivo
- e) A ação para reconhecimento de direito ou interesse protegido
- f) A intimação para um comportamento
- g) Sigilo bancário
- h) Contestação de ato administrativo em matéria tributária



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

#### **Capítulo V – Questões transversais**

- a) Os vícios
- b) As sanções
- c) Os juros – moratórios, compensatórios e indemnizatórios
- d) As garantias

#### **Capítulo VI – O Procedimento de Inspeção Tributária**

- a) Sujeitos
- b) Objeto
- c) Mecânica e Prazos

#### **Capítulo VII - A execução fiscal**

- a) Sujeitos
- b) Título Executivo
- c) Tramitação do Processo Executivo – da citação à penhora
- d) Incidentes

#### **Capítulo VIII – O regime das infrações fiscais**

- a) Estrutura
- b) Investigação
- c) Mecânica e especialidades
- d) Tipos penais e contraordenacionais

#### **Capítulo IX - Recursos**

- a) Modalidades
- b) Especialidades

#### **Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular**

O conteúdo programático inicia-se com um Enquadramento geral, correspondente à I Parte, destinado a criar nos mestrandos a compreensão da estrutura fundamental do contencioso que se pratica em sede fiscal, designadamente as vertentes procedimental e processual da relação contenciosa. Estudar-se-ão os principais meios ao dispor do contribuinte para tutelar os seus direitos, bem como a legalidade da relação fiscal.

Na II Parte, pretende-se que os alunos apreendam com maior detalhe as especialidades do Contencioso Tributário, de modo a ficarem habilitados a lidar com as várias particularidades de qualquer situação concreta com que se deparem, incluindo com componente inspetiva, executiva, de Infração Fiscal e de Recursos.

#### **Metodologias de ensino (avaliação incluída)**

Aulas de natureza expositiva, com recurso a situações práticas que auxiliem os alunos na compreensão da fenomenologia contenciosa, bem como a acórdãos das altas instâncias judiciais nacionais que debatam as principais problemáticas jurídicas.

#### **Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular**

As aulas expositivas visam tanto o aprofundamento dos conhecimentos teóricos dos mestrandos em matéria procedimental e processual, como o desenvolvimento da capacidade de utilizar tais conhecimentos na futura aplicação a hipóteses práticas.

Por seu turno, o debate com os mestrandos sobre matérias integrantes dos conteúdos programáticos, bem como a análise da jurisprudência mais relevante, contribuem para o desenvolvimento por estes da capacidade de acederem à mecânica contenciosa, em vista da tutela dos contribuintes e dos interesses da Administração.

#### **Bibliografia principal**

RUI DUARTE MORAIS

- *Manual de Procedimento e Processo Tributário*, Almedina, 2016, Reimpressão da edição de 2012.

JOAQUIM FREITAS DA ROCHA,



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, 6.ª edição, Almedina, 2018.

SERENA CABRITA NETO

- *Introdução ao Processo Tributário*, ISG, 2004.

- *Contencioso Tributário - Volumes I e II*, Almedina, Coimbra, 2017.

JORGE LOPES DE SOUSA

- *Código de Procedimento e Processo Tributário - Anotado e Comentado*, Volumes I a IV, Áreas, 2011.

JESUÍNO ALCÂNTARA MARTINS

- *Procedimento e Processo Tributário*, Almedina, Coimbra, 2016.

CRISTINA FLORA / MARGARIDA REIS

- *Recursos no Contencioso Tributário*, Quid iuris ?, Lisboa, 2016.

ISABEL MARQUES DA SILVA

- *Regime Geral das Infracções Tributárias*, Caderno do IDEFF, Almedina, Coimbra, 2016.